

Revista Carta Capital

Ed. 46 – 2007_09_12

COM PÉS DE BARRO

O crédito pessoal e as vendas do comércio dispararam, mas o Brasil patina por falta de projetos de infra-estrutura

POR ANDRÉ SIQUEIRA E MÁRCIA PINHEIRO*

A bancária Mariangela Dieguez e o comerciante Antonio Afonso, ambos de 51 anos, acabam de comprar o primeiro carro zero quilômetro por meio de financiamento. Há mais de um ano almejam um Fox, da Volkswagen. "Antes de decidir, pesquisamos as taxas em bancos e escolhemos financiar", explica Mariangela. Até então, os carros da família da Mooca, na zona leste de São Paulo, eram adquiridos em consórcios. "Hoje, não vale mais a pena. É melhor pagar uma parcela fixa e ter o bem na hora", diz Antonio. O casal, com renda mensal de 7 mil reais, pagou metade do valor à vista e financiou o restante em 24 parcelas de 950 reais. Em agosto, 58% dos veículos novos e 80% dos usados foram vendidos dessa forma na concessionária.

"Não vai ser fácil pagar as parcelas todo mês", prepara-se Antonio. "Já temos a dívida mensal com a faculdade das nossas duas filhas, além do plano de saúde, que é outra paulada", completa Mariangela. Com exceção do carro novo, ela evita contrair dívidas e diz usar o cartão de crédito com cautela.

Moradora da periferia da zona sul paulistana, a doméstica Ana Ilza, de 41 anos, está acostumada a parcelar no cartão de crédito roupas e calçados para os cinco filhos e o marido. Também é chegada numa prestação de eletrodomésticos: "Termina uma, começo outra", diz a cliente fiel da Casas Bahia. "Se a gente for esperar ter o dinheiro na mão, não compra nunca", explica.

O marido Nelson Ferreira, de 43 anos, é metalúrgico e anda nervoso com o cartão de crédito. Pagou apenas o limite mínimo da fatura e, desde então, só viu a dívida crescer. "Pago e fico devendo a mesma coisa que paguei, entrei numa fria", lamenta-se. "Eu disse que era melhor fazer um empréstimo e pagar o juro do banco do que o do cartão, mas ele não me ouviu", cutuca Ana. Juntos, têm renda mensal de 1,5 mil reais. Desde o início do ano, estão construindo uma casa em Parelheiros, extremo sul da cidade. "O saco de cimento já custou 19 reais, hoje está 13. O arroz era 12 reais, hoje até por 5 reais tem", comemora Ana.

As compras financiadas de Mariangela e Ana têm sustentado o crescimento da economia brasileira. Estima-se que, até dezembro, o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 4,7%. A taxa é baixa para o padrão dos emergentes, mas superior à média dos últimos anos. As bases do avanço da economia ainda têm alicerces frágeis. É claro que o comércio se refestela com as vendas, como os bancos comemoram a expansão do crédito. Os números são vigorosos. De janeiro a julho, o volume de vendas do varejo brasileiro cresceu 9,74%, em comparação ao mesmo período de 2006, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os destaques foram móveis e eletrodomésticos, que dispararam 29,83%, e veículos (incluem motos, partes e peças), com um salto de 17,51%.

A facilidade de abertura de crediários em muito explica a explosão das vendas. Segundo o Banco Central, os empréstimos para pessoas físicas somaram 222 bilhões de reais em julho, com crescimento de 23% em 12 meses. Somente o crédito consignado, com desconto direto em folha de pagamento, disparou 39,7% em 12 meses, ao somar 58,7 bilhões em julho.

Fora o consumo, estimulado pela oferta de crédito e pela expansão dos programas sociais - o Orçamento Geral da União proposto para 2008 prevê um crescimento de 40% desse gasto, para 16,5 bilhões de reais -, o País patina. Os investimentos em infra-estrutura não deslançam, o que compromete um crescimento continuado da economia. O governo repisa na retórica otimista, apesar dos obstáculos. O novo modelo em curso no País, apresentado desenvolvimentismo. Um conceito ainda a ser testado.

Dinheiro há, só que as obras não são feitas, ou executadas, para usar o jargão do Orçamento. De acordo com o site da ONG Contas Abertas, nos sete primeiros meses de 2007, o governo federal

desembolsou 44,88% dos gastos autorizados, ou 693 bilhões de reais. Detalhe: nada menos que 93 bilhões de reais destinaram-se a pagar o juro da dívida interna. Dos 400 programas do governo inscritos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), apenas 12 têm execução financeira satisfatória. Em outras palavras, foram despendidos 60% dos recursos a eles destinados. Ainda segundo a ONG, a grande maioria (244 programas) está na lista das execuções orçamentárias insatisfatórias, ou seja, o investimento nem chegou a 40% do total.

Além disso, o crescimento baseado em boa medida no consumo apresenta limitações. Tanto a oferta de novos empregos quanto a renda dos trabalhadores têm se expandido de forma bem mais discreta do que a de crédito. O Índice de desemprego no País foi de 9,5% em julho, de acordo com o IBGE, uma redução de 1,2 ponto porcentual em relação ao mesmo mês do ano passado. O salário médio do cidadão empregado subiu apenas 2,5% em julho, para 1.108,30 reais. Em palavras simples, há uma certa euforia com o endividamento, que tem uma contrapartida cruel. A inadimplência em operações de crédito ao consumidor subiu 0,2 ponto entre junho e julho, para 13,6%. Um nível elevado.

O bom senso recomendaria aumentar o nível de investimentos em infra-estrutura, o que significa construir ou ampliar estradas, portos, aeroportos, ferrovias e usinas elétricas, grandes obras capazes de gerar milhares de postos de trabalho. Seria um estímulo ao empresariado para acreditar que o boom de consumo é para valer. No âmbito federal, há o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro. O plano prevê 503,9 bilhões de investimentos em infra-estrutura entre 2007 e 2010, com recursos públicos e privados.

Na quinta-feira 30 de agosto, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou que a liberação de recursos do PAC aumentou, entre maio e agosto, de 20% para 32%, ou seja, 4,8 bilhões de reais de um total de 15 bilhões. Volume insatisfatório, porque faltam apenas quatro meses para 2007 terminar. Existem barreiras nada desprezíveis para o ambicioso e necessário programa ser plenamente implantado. Um exemplo é a Usina de Estreito, no rio Tocantins. Está parada há seis anos, é contemplada no PAC, mas há liminares do Ministério Público Federal que emperram a retomada das obras, com o argumento de que afetariam uma comunidade indígena próxima ao local. Dilma confia serem barreiras transponíveis.

O dinheiro fica entesourado não por incompetência gerencial. Ou não só por isso. É necessária uma retrospectiva histórica para compreender o que se passou no Brasil. Esse diagnóstico permeia os principais gabinetes de Brasília. Desde os anos 90, a máquina pública vem em processo contínuo de deterioração. Não houve a reposição de funcionários qualificados nem investimentos em centros de inteligência. Só a partir de 2003, após a crise energética e a eleição de Lula, foram reativados os núcleos de planejamento do setor elétrico, extintos com a abertura e as privatizações na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Ainda há o risco razoável de um novo racionamento, mas o Estado possui atualmente mais e melhores mecanismos de controle para evitar o pior. Contudo, nem todos os ministérios recuperaram o poder de ação. No de Transportes, por exemplo, foi extinto o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (Geipot).

Naquela década, houve arrocho dos orçamentos públicos, porque gastos eram quase um palavrão e ignorava-se que certas despesas são investimento puro. O resultado foi a desorganização do setor público, de tal modo que hoje os planos de infra-estrutura são velhos e desatualizados. Faltam projetos de engenharia mais sofisticados e estudos de viabilidade econômico-financeira com instrumental moderno. Com a deterioração das finanças públicas nos anos 90, pela política de juro alto, era evidentemente mais interessante ao empresário investir em títulos públicos, com risco zero e régia remuneração. Não se desenvolveu, no País, a expertise de elaboração de project finance, que planeja os investimentos, os riscos e a maturação do retorno dos recursos aplicados. Escassearam os meios financeiros para viabilizar grandes obras.

Da Constituição de 1988 para cá, introduziram-se também normas ambientais complexas, que exigem respostas inteligentes dos projetos. Não se trata do embate maniqueísta entre desenvolvimento e meio ambiente, mas a constatação de que o mundo mudou e surgiram novos

temas na agenda global, como o crescimento sustentável, o que implica preservar o entorno do projeto e evitar prejuízos à população vizinha.

Há ainda os riscos regulatórios. Pelo fato de as privatizações terem precedido a criação de agências reguladoras, o surgimento das últimas ocorreu de forma atabalhoada. Foram mal equipadas e pouco valorizadas. O País migrou do modelo estatal para o privado de forma amadorística, e tirou do Estado toda a capacidade de planejamento consistente.

Não é por acaso, portanto, que se observa uma recente renovação dos postos-chave da área econômica, agora com profissionais mais alinhados a uma suposta mudança de mentalidade no governo. Os exemplos mais significativos foram a nomeação de Marcio Pochmann para presidir o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de João Sicsú para a diretoria de Estudos Macroeconômicos da instituição, a ida de Paulo Nogueira Batista Júnior para representar o Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) e a posse de Luciano Coutinho na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), só para citar quatro exemplos.

Outra janela de vidro é a suposição de que os chamados bons fundamentos da economia vieram para ficar. "A base do PAC é acreditar na baixa vulnerabilidade externa brasileira, na inflação sob controle e na responsabilidade fiscal", diz Gabriel Galípolo, assessor econômico da Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo. O primeiro receio do economista é que haja uma reversão do cenário internacional, ainda farto de liquidez, em que pesem o estouro da bolha imobiliária americana e suas conseqüências, ainda impossíveis de serem dimensionados. Isso influi muito na decisão de investimento do setor privado, que tende a postergar iniciativas.

O segundo temor está relacionado diretamente ao Banco Central. "O governo faz um grande esforço para atrair investimentos com os dois preços-chave da economia, câmbio e juro, fora do lugar", afirma Galípolo. Com juro elevado, torna-se difícil tomar crédito. Com o real valorizado, os empresários estrangeiros tendem a ganhar as licitações de compras de bens ou de concessões no Brasil. Outro complicador: o capitalista externo vai querer atrelar as receitas obtidas no Brasil ao dólar. E isso se torna um círculo vicioso, pois o BC deve manter o juro nas alturas, para deprimir o câmbio e não deixar as contas externas estourarem, avalia o economista.

"É preciso considerar o arranjo entre as políticas monetária e fiscal que sinalize, no longo prazo, que a demanda (leia-se consumo) será crescente, ou ao menos estável", diz Claudio Amitrano, do Instituto de Economia da Unicamp. A esses obstáculos, ele acrescenta a necessidade de haver uma política industrial para valer no País. "Falta orientar as atividades de coordenação do Estado para uma mudança no tipo de especialização produtiva e no padrão do comércio exterior brasileiro", diz. Segundo Amitrano, o Brasil ainda se sustenta com recursos naturais, mas precisa avançar para uma estrutura que privilegie os setores intensivos em tecnologia. O Ministério do Desenvolvimento promete um plano de política industrial para, no máximo, um mês.

Quem investe, ou põe a mão na massa, acompanha as intenções do governo, mas segue sem avistar as tão esperadas condições para apostar na qualificação e no aumento da produção. "No passado, o problema era atrair recursos. Agora, é a falta de gestão", aponta o presidente da Associação Brasileira da Infra- Estrutura e Indústria de Base (Abdib), Paulo Godoy. O executivo avalia o PAC como uma iniciativa positiva, mas apenas parte de "um trabalho de formiguinha". "Ainda não se mexeu no trâmite dos projetos, que, mesmo com o comitê gestor e a forte atuação da Casa Civil, continua com obras atrasadas", diz.

Entre as sugestões da Abdib para dar mais garantias à execução dos projetos, Godoy cita a modernização da Lei das Licitações, a criação de uma nova dinâmica, mais ágil, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a defesa do ambiente de negócios. "Se tivermos um razoável compromisso na cadeia de agentes e instituições que podem interferir na execução de um projeto, vamos reduzir os problemas existentes hoje", afirma.

Em tese, no papel, há planejamento, ressalva o executivo, ao citar o Plano Plurianual de Investimentos, o Decenal de Energia, o de Transporte e Logística e o de Saneamento. "O problema é criar uma sistemática que garanta o cumprimento de cada um deles ao longo dos anos e dos governos", avalia Godoy. "As obras do São Francisco, por exemplo, enfrentam um problema

crônico, porque precisam ter as verbas empenhadas a cada orçamento, e isso compromete a continuidade do projeto."

O resultado da falta de investimentos e dos atrasos de projetos é a imposição de limites ao crescimento dos setores dependentes da infra-estrutura. "Em muitas áreas, já batemos no teto, como o caos nos aeroportos tornou evidente para o mercado de aviação civil", diz Godoy.

Outros setores acenam com antecedência para a necessidade de projetos de longo prazo para garantir o atendimento às metas de crescimento do governo. É o caso da energia, que exige investimentos prévios para dar conta da demanda futura. O **Instituto Acende Brasil**, que representa os investidores, realiza trimestralmente uma projeção da ameaça de falta do recurso num horizonte de cinco anos. O último levantamento aponta um risco de 22% de o País ter de decretar racionamento em 2011. Os níveis ideais chegariam a 5%, no máximo.

O trabalho leva em conta uma projeção de 4,8% de crescimento anual da economia e as previsões de aumento de oferta dos órgãos oficiais. "Fizemos um balanço e chegamos a um déficit de 1,8 megawatt (MW) em 2011", diz o **presidente do instituto, Claudio Sales**. O último leilão que prevê a venda de energia para os próximos três anos está marcado para 2008 e prevê a comercialização de, no máximo, 720 MW. Ou seja, mesmo que o pregão seja 100% bem-sucedido, restaria um buraco de mais de 1.000 MW, pelas contas do executivo.

A proposta do **Acende** para garantir a energia necessária para sustentar o crescimento do País inclui a contratação de reservas de abastecimento e a realização de um novo leilão de fontes alternativas, capazes de entrar em operação mais rapidamente que grandes hidrelétricas. Para não comprometer o desenvolvimento econômico, as iniciativas teriam de considerar a impossibilidade de transferir a conta para o consumidor.

Os riscos de gargalos na infra-estrutura amedrontam até mesmo os setores mais otimistas com os rumos da economia. "Sem energia, saneamento, transporte, habitação, não há como avançar", avalia o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady. Ele lembra que o mercado imobiliário, com altas taxas de expansão nos últimos anos, representa apenas um quarto do setor de construção civil, que depende das grandes obras públicas para se desenvolver plenamente.

A aposta de Safady é que o PAC ajudará a tirar da inércia a capacidade de realizar investimentos no País. Apesar de se queixar da falta de projetos, da má qualidade da gestão das obras e da falta de entrosamento entre as instâncias do governo, o executivo afirma que a retomada está em andamento. "Todos terão de reaprender a trabalhar, depois de 20 anos parados", afirma. "Não se volta a realizar grandes obras do dia para a noite."

O segredo para abrir o caminho para o crescimento seria repetir, para os demais setores da economia, o que foi realizado, em parte, na área imobiliária. "Uma série de medidas e mudanças nas regras permitiu que o setor se aproveitasse do momento de expansão do crédito, juro em queda e abundância de recursos financeiros", explica o presidente da CBIC.

O volume de crédito imobiliário cresceu 71%, para 8,5 bilhões de reais, no primeiro semestre, na comparação com 2006. A previsão, segundo Safady, é chegar a 14 bilhões de reais até dezembro, ante 9 bilhões de reais no ano passado. "Apesar do aumento, o volume representa 4% do PIB, um índice pequeno comparado ao de outros países emergentes, como o México, com 11%, e o Chile, com 18%", diz. A análise do executivo é a de que os números indicam espaço para crescer muito mais, se a infra-estrutura assim permitir.

Há espaço para a expansão do crédito. Há disposição do empresariado de investir. Há necessidade de crescimento do mercado de trabalho e da renda. O avanço nos projetos de infra-estrutura é a chave para que o País resolva esses dilemas, que o deixam semiparalisado há 20 anos.